

STJ00097553

BIANCA OLIVEIRA DE FARIAS
MILTON DELGADO SOARES

TÓPICOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EDITORA LUMEN JURIS
Rio de Janeiro
2013

Copyright © 2013 by Bianca Oliveira de Farias Milton Delgado Soares

Categoria: Direito Processual

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980),
sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

DADOS INTERNACIONAIS DE
CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

F224t

Farias, Bianca Oliveira de

Tópicos de direito processual civil / Bianca Oliveira de Farias, Milton
Delgado Soares. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
404 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-375-2266-0

1. Processo civil – Brasil. I. Soares, Milton Delgado II. Título.

CDD 347.8105

SUMÁRIO

Tópico 1: Noções Preliminares: Propedêutica Processual, Formas de Resolução de Conflitos de Interesse, Conceito, Fontes e Evolução Histórica do Direito Processual. Os Movimentos de Reforma do CPC 1

1. Propedêutica Processual	1
2. Formas de Resolução dos Conflitos de Interesses	2
3. Conceito	2
4. Fontes do Direito Processual	3
5. Da Evolução Científica do Direito Processual Civil	4
6. O Projeto de um novo CPC elaborado por uma comissão de Juristas coordenada pelo Ministro Luiz Fux	5

Tópico 2: O Direito Processual Constitucional e Estado Democrático de Direito. O Acesso à Justiça: Ondas Renovatórias e Princípios Norteadores. Princípios Processuais Constitucionais 9

1. Processo Constitucional e Estado Democrático de Direito	9
2. Acesso à Justiça	13
2.1. Introdução – Crise da Justiça	13
2.2. As ondas renovatórias de acesso á justiça – Mauro Cappelletti.....	13
2.3. Doutrina de Kazuo Watanabe	14
2.4. Princípios apontados por Paulo Cezar Pinheiro Carneiro	14
3. Normas e Garantias Constitucionais do Direito Processual – o princípio do devido processo legal e seus corolários	15
3.1. O princípio do devido processo legal (<i>due process of law</i>)	15
3.2. Princípio do acesso à justiça (ou acesso à ordem jurídica justa – ou inafastabilidade da jurisdição – ou inafastabilidade do controle jurisdicional – ou da Ubiquidade da jurisdição – ou da jurisdição una – ou da jurisdição adequada).....	16
3.3. O princípio da isonomia (OU da igualdade)	18
3.4. O princípio da fundamentação (ou motivação) das decisões judiciais	19
3.5. O princípio da publicidade	20
3.6. O princípio do juiz natural	20
3.7. O princípio do contraditório	21
3.8. Princípio da ampla defesa	23

3.9. Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional (ou da Duração Razoável do Processo)	24
3.10. Duplo Grau de Jurisdição	25
3.11. Assistência Jurídica e integral gratuita	27
3.12. Vedação das provas ilícitas ou obtidas por meio ilícitos	29
4. O que vem por aí?	29

Tópico 3: Jurisdição 33

1. Introdução	33
2. Definição	33
3. Características Essenciais da Jurisdição	34
3.1. Inércia	34
3.2. Substitutividade	35
3.3. Função de natureza declaratória	36
4. Princípios fundamentais da Jurisdição	36
4.1. Princípio do Juiz Natural	36
4.2. Princípio da Unidade da Jurisdição	37
4.3. Princípio da Indeclinabilidade da Jurisdição	37
4.4. Princípio da Jurisdição Una ou Adequada	37
4.5. Princípio da Improrrogabilidade da Jurisdição	38
4.6. Princípio da Indelegabilidade da Jurisdição	38
5. Substitutivos (ou sucedâneos) da jurisdição ou Equivalentes Jurisdicionais	38
6. Jurisdição Voluntária X Jurisdição Contenciosa	39
7. Escopos da Jurisdição (doutrina de Cândido Dinamarco citada por Marinoni)	39
8. O que vem por aí?	40

Tópico 4: Competência e Órgãos do Poder Judiciário 43

1. Introdução – Definição	43
2. Competência Internacional (art. 88/89, do CPC)	44
3. Órgãos do Poder Judiciário e Competência Interna	44
3.1. Competência em Razão do valor (Art. 91, do CPC)	45
3.2. Competência em razão da matéria	46
3.3. Competência Funcional	46
3.4. Competência Territorial ou Competência de Foro (art. 94 e segs., do CPC)	47
4. Ação Proposta em Juízo Incompetente	49
5. Critérios de Modificação de Competência	50
6. O que vem por aí?	52

Tópico 5: Ação: Teorias e Condições para o Legítimo Exercício do Direito de Ação

Tópico 5: Ação: Teorias e Condições para o Legítimo Exercício do Direito de Ação	57
1. Teorias da Ação	57
2. Condições para o Legítimo Exercício do Direito de Ação.	
Considerações preliminares	59
2.1. Legitimidade das Partes (<i>Legitimatio ad causam</i>)	61
2.1.1. Tipos de Legitimidade: Ordinária e Extraordinária	61
2.1.2. Tipos de Legitimidade Extraordinária	63
2.1.3. Legitimidade Extraordinária. Substituição Processual.	
Sucessão Processual	63
2.2. Interesse de Agir (Interesse Processual)	64
2.3. Possibilidade Jurídica do Pedido	65
3. O que vem por aí?	66

Tópico 6: Processo: Teorias, Pressupostos Processuais, Conceito e Espécies (Cognitivo, Cautelar e de Execução). Procedimento: Conceito e Espécies de Procedimento Comum (Ordinário e Sumário)

Tópico 6: Processo: Teorias, Pressupostos Processuais, Conceito e Espécies (Cognitivo, Cautelar e de Execução). Procedimento: Conceito e Espécies de Procedimento Comum (Ordinário e Sumário)	69
1. Teorias	69
1.1. Processo como Contrato	69
1.2. Processo como Quase-Contrato	69
1.3. Processo como Relação Jurídica - Teoria da Relação Jurídica Processual	70
1.4. Processo Como Situação Jurídica	71
1.5. Teoria do Módulo Processual	72
2. Processo, Procedimento e Autos	73
3. Tipos de Processos	74
4. Pressupostos Processuais	75
4.1. Juízo Investido de Jurisdição	75
4.2. Partes Capazes	76
4.3. Demanda Regularmente Formulada	77
5. Espécies de Procedimentos	80
6. Procedimentos Comuns: ordinário e sumário	81
6.1. Procedimento Comum Ordinário	81
6.1.1. Fase Postulatória	81
6.1.2. Fase de Saneamento	84
6.1.3. Fase Instrutória (ou Probatória)	86
6.1.4. Fase Decisória	87
6.2. Procedimento Comum Sumário	87
6.3. O que vem por aí?	89

Tópico 7: Formação, Suspensão e Extinção do Processo de Conhecimento ... 93

1. Formação do Processo de Conhecimento	93
1.1. Princípio da Demanda e Relação Jurídica de formação gradual	93
1.2. Modificações da Demanda	94
1.2.1. Alterações Subjetivas	94
1.2.2. Alterações Objetivas	95
1.3. Requisitos da Petição Inicial	95
1.4. Análise da Petição Inicial	97
1.5. Pedidos: espécies e cumulação	98
1.5.1. Pedido Certo e Determinado e o Pedido Genérico (art. 286, do CPC)	99
1.5.2. Cumulação de Pedidos (arts. 288/292, do CPC)	99
1.6. Integralização da Relação Processual. Modalidades de Resposta	100
1.6.1. Contestação (art. 300 e seguintes, do CPC)	100
1.6.2. Exceção (arts. 304 e seguintes do CPC)	101
1.6.3. Reconvenção (art. 315 e seguintes do CPC)	102
2. Suspensão do Processo de Conhecimento	102
2.1. Espécies de Suspensão	102
2.2. Hipóteses de Suspensão (art. 265, do CPC)	103
3. Extinção do Processo de Conhecimento	104
3.1. Extinção SEM Resolução do Mérito (art. 267, do CPC) – Sentenças Terminativas	104
3.2. Extinção COM Resolução do Mérito (art. 269, do CPC) – Sentenças Definitivas	107
4. O que vem por aí?	108

Tópico 8: Partes. Procuradores. Auxiliares da Justiça. O Juiz e o MP 115

1. Partes e Procuradores	115
1.1. Curador Especial (art. 9º, do CPC)	115
1.2. Citação do Cônjuge (art. 10 e 11, do CPC)	115
1.3. Deveres das Partes e Procuradores (art. 14 e 15, do CPC)	116
1.4. Pena de Litigância de má-fé (art. 17, do CPC)	116
1.5. Despesas Processuais e Honorários Advocatícios (art. 19/35, do CPC)	116
1.6. Gratuidade de Justiça (Lei nº 1060/50)	118
1.7. Advogados (Procuradores) (art. 36/40, do CPC)	119
2. O Juiz e os Auxiliares da Justiça	120
2.1. Aspectos Constitucionais	120
2.2. Poderes, Deveres e Responsabilidades do Juiz (arts. 125/135, do CPC)	121

2.3. Hipóteses de Impedimento e Suspeição do Juiz	122
2.4. Auxiliares da Justiça (arts. 139/153, do CPC)	122
2.5. O Ministério Público	123
3. O que vem por aí?	124

Tópico 9: Atos Processuais. Espécies e Nulidades

1. Introdução	131
2. Atos Processuais: Conceito	132
3. Classificação dos Atos Processuais:	133
3.1. Atos das Partes (artigos 158/161, do CPC)	133
3.2. Atos do Órgão Jurisdicional	133
3.2.1. Atos do Magistrado (artigo 162/165, do CPC)	133
3.2.2. Atos dos Auxiliares da Justiça (artigos 166/171, do CPC)	134
4. Forma dos atos Processuais	134
4.1. Tempo	134
4.2. Lugar (art. 176, do CPC)	136
4.3. Modo (art. 154/157, do CPC)	136
5. Comunicação dos atos processuais (arts. 200/242, do CPC)	137
5.1. Citação (art. 213/233, do CPC)	138
5.2. Intimação (arts. 234/242, do CPC)	140
5.3. Cartas (arts. 202/212, do CPC)	140
6. Nulidades Processuais (arts. 243/250, do CPC)	142
6.1. Introdução: Planos da Existência e Validade. Espécies de Invalidades	142
6.2. Convalidação dos Atos Processuais Inválidos	144
6.3. A Coisa Julgada Como Sanatória Geral	144
6.4. Plano da Eficácia dos Atos Processuais	145
7. O que vem por aí?	145

Tópico 10: Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros

I. Litisconsórcio (art. 46 e sgs do CPC)	149
1. Conceito	149
2. Classificações	149
2.1. Quanto à posição em que se forma o litisconsórcio	149
2.2. Quanto ao momento de formação do litisconsórcio	149
2.3. Quanto à obrigatoriedade de formação do litisconsórcio	149
2.4. Quanto ao regime de tratamento entre os litisconsortes	151
3. Litisconsórcio Eventual	152
II. Intervenção De Terceiros	152
1. Definição	152

2. Partes	153
3. Modalidades	153
4. Intervenções Voluntárias ou Espontâneas	154
4.1. Assistência (art. 50 e seguintes CPC)	154
4.2. Oposição (art. 56 e seguintes CPC)	155
4.3. Recurso de Terceiro Prejudicado (art. 499, <i>caput</i> e 1º, do CPC)	156
5. Intervenções Forçadas	156
5.1. Nomeação à Autoria (art. 62 e seguintes CPC)	156
5.2. Denúnciação da Lide (artigos 70 e seguintes do CPC)	157
5.3. Chamamento Ao Processo (artigos 77 e seguintes do CPC)	159
6. Intervenção Anômala (artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 9.469/97)	160
7. O que vem por aí?	160
Tópico 11: Direito Probatório	167
I. Teoria Geral da Prova	167
1. Introdução – Definição	167
2. Objeto da Prova	167
3. Destinatários da Prova	168
4. Sistema de Valoração das Provas	168
5. Procedimento Probatório	169
6. Ônus da Prova (art. 333)	169
7. Inversão do Ônus da Prova	170
8. O Ônus da prova nas ações declaratórias negativas	171
9. Classificação das Provas	171
9.1. Quanto ao fato	171
9.2. Quanto à preparação	171
10. Provas obtidas por meio ilícitos (art. 5º, LVI, CR)	172
11. Prova emprestada	172
II. Das Provas em Espécie	172
1. Provas Típicas e Atípicas	172
2. Depoimento Pessoal (arts. 342/347, do CPC) e Confissão (arts. 348/354, do CPC)	173
3. Exibição de documento ou coisa (arts. 355/363 e 844/845)	173
4. Prova Documental (art. 364/399, do CPC)	174
5. Prova Testemunhal	174
6. Prova Pericial	176
7. Inspeção Judicial	176
8. O que vem por aí?	177

Tópico 12: Sentença e Coisa Julgada: conceito e espécies. Análise comparativa frente às tutelas de urgência: antecipada e cautelar 181

1. Introdução. Atos judiciais: decisão em sentido amplo (decisão interlocutória, sentença e acórdão) e despacho	181
2. Classificação das sentenças	182
3. Conteúdo (ou elementos essenciais) da sentença (art. 458, do CPC) ...	182
4. Publicação, intimação, modificação e retratação da sentença	182
5. Classificação da Sentença Definitiva	183
6. Coisa Julgada (arts. 467/475, do CPC)	184
7. Espécies de Coisa Julgada	185
8. Crítica doutrinária ao conceito tradicional de coisa julgada material	186
9. Natureza jurídica da coisa julgada	187
10. Limites objetivos da coisa julgada	187
11. Limites subjetivos da coisa julgada	188
12. Coisa julgada nas sentenças determinativas	188
13. Coisa julgada nas demandas coletivas	189
14. Coisa julgada no mandado de segurança	190
15. Relativização da coisa julgada	190
16. Análise comparativa frente às tutelas de urgência: antecipada e cautelar. Introdução	192
17. Tutela Antecipada x Tutela Cautelar. istinção, fungibilidade, requerimento, modificação ou revogação	193
18. Requisitos da antecipação da tutela e denominações doutrinárias	194
19. Efetivação e Irreversibilidade	194
20. O Processo Cautelar	195
21. Ação Cautelar. Medida Cautelar. Pedido Cautelar	196
22. Espécies de Tutelas diferenciadas	197
23. Classificações das medidas cautelares	198
24. Características da medida cautelar	199
25. Requisitos da medida cautelar	201
26. Poder geral de cautela. Poder-dever. Deferimento de ofício. Contracautela	202
27. Competência no processo cautelar	203
28. Procedimento cautelar comum	204
29. Medidas cautelares típicas em espécie	206
29.1. Arresto (arts. 813/821, do CPC) e Sequestro (arts. 822/825, do CPC)	206
29.2. Caução (arts. 826/838, do CPC)	207

29.3. Busca e apreensão de bens (móveis) e pessoas (incapazes) (arts. 839/843, do CPC)	207
29.4. Exibição de documento ou coisa (art. 844/845, do CPC)	208
29.5. Produção antecipada de provas (art. 846/851, do CPC)	208
29.6. Alimentos provisionais e provisórios (artigos 852/854, do CPC e artigo 4º, Lei 5478/68)	209
29.7. Arrolamento de bens (artigos 855/860, do CPC)	210
29.8. Justificação (artigos 861/866, do CPC)	211
29.9. Protesto, notificação, interpelação (arts. 867/873, do CPC)	211
29.10. Homologação do penhor legal	212
29.11. Posse em nome do nascituro (artigos 877/878, do CPC)	213
29.12. Atentado (artigos 879/881, do CPC)	213
29.13. Protesto e apreensão de título (artigo 882/887, do CPC)	213
30. Outras medidas provisionais	214
31. O que vem por aí?	214

Tópico 13: Processos nos Tribunais e Recursos 221

1. Introdução	221
2. Uniformização de Jurisprudência (arts. 476/479, do CPC)	221
3. Declaração de Inconstitucionalidade (arts. 480/482, do CPC)	223
4. Homologação de Sentença Estrangeira (art. 483/484, do CPC)	224
5. Ação Rescisória	225
5.1. Introdução: Conceito e Natureza Jurídica	225
5.2. Julgamento	225
5.3. Prazo e Coisa Soberanamente Julgada (art. 495)	225
5.4. Legitimidade	225
5.5. Condição Específica da Ação	226
5.6. Cabimento: Hipóteses de Rescindibilidade (art. 485, do CPC)	226
5.7. Procedimento (arts. 488/494, do CPC)	228
5.8. Duas coisas soberanamente julgadas sobre o mesmo assunto	228
5.9. Querela Nullitatis, a Coisa Julgada Inconstitucional e a Relativização da Coisa julgada	229
6. Recursos: Teoria geral dos recursos	230
6.1. Natureza Jurídica	230
6.2. Definição	230
6.2.1. “Recurso é um remédio voluntário”	230
6.2.2. “Dentro do mesmo processo”	231
6.2.3. “Enseja a reforma, a invalidação, o esclarecimento ou a integração”	231
6.2.4. “Da decisão judicial que se impugna”	232
6.3. Julgamento dos recursos	233

6.4. Juízo de Admissibilidade dos Recursos	233
6.4.1. Requisitos (ou pressupostos) Intrínsecos e Extrínsecos. Doutrina de Luiz Guilherme Marinoni	233
6.4.2. Requisitos (ou pressupostos) Objetivos e Subjetivos. Doutrina de Vicente Greco Filho	235
6.4.3. Condições dos Recursos e Pressupostos Recursais. Doutrina de Alexandre Freitas Câmara	236
6.5. Efeitos da interposição dos recursos	237
6.6. Efeitos do julgamento do mérito dos recursos	239
6.7. Classificações dos Recursos	240
6.7.1. Recurso Principal e Adesivo (art. 500, do CPC)	240
6.7.2. Recurso Total e Recurso Parcial	241
6.7.3. Recursos Ordinários e Recursos Excepcionais (ou Extraordinários <i>lato sensu</i>)	241
7. Recursos em espécie: Recursos Ordinários	241
7.1. Apelação (arts. 513 e seguintes do CPC)	241
7.2. Agravo (art. 522 e seguintes do CPC)	245
7.2.1. Agravo de Instrumento e Agravo Retido (artigos 522/529, do CPC)	245
7.2.2. Agravo Interno (ou Agravo por Petição ou Agravo Regimental)	248
7.3. Embargos Infringentes (artigos 530/534, do CPC)	248
7.4. Embargos de Declaração (artigos 535/538 do CPC)	250
7.5. Recurso Ordinário Constitucional (artigos 539 e 540 do CPC)	252
8. Recursos em espécie: Recursos Extraordinários <i>lato sensu</i> (ou Excepcionais)	253
8.1. Recurso Extraordinário (RE) e Recurso Especial (Resp) (arts. 541 e seguintes, do CPC e artigos 102 e 105, da CR)	253
8.2. Embargos de Divergência (artigo 546 do CPC)	255
8. O que vem por aí?	257
Tópico 14: A Nova Sistemática da Execução	267
1. Introdução: Tipos de Processo e Leis nº 10.444/02, 11.232/05 e 11.382/06	267
2. Conceito	268
3. Princípios Fundamentais	268
3.1. Princípio da Efetividade da Execução Forçada	268
3.2. Princípio do menor Sacrifício Possível	268
3.3. Princípio do Contraditório (art. 5º, LV, da CR)	268
3.4. Princípio do Desfecho Único	269
4. Títulos Executivos	269

4.1. Conceito, Função e Espécies	269
4.2. Judiciais (artigo 475,N, do CPC)	270
4.3. Extrajudiciais (art. 585, do CPC)	273
5. Legitimidade	276
6. Competência (art. 575/579, do CPC)	276
6.1. Título Judicial (regra)	276
6.2. Título Extrajudicial (art. 576, do CPC)	276
7. Obrigação Certa, Líquida e Exigível como requisito para a execução(art. 586, do CPC)	277
8. Responsabilidade Patrimonial	277
8.1. Definição. Dívida e Responsabilidade	277
8.2. Bens Submetidos à responsabilidade patrimonial (arts. 591/593, do CPC)	278
8.3. Fraude contra credores (Fraude Pauliana)	278
8.4. Fraude à Execução	278
8.5. Alienação do Bem Penhorado	279
8.6. Efeitos da Alienação. Ineficácia absoluta e relativa	279
9. Liquidação de sentença	280
9.1. Introdução. Pedido e Condenação Genéricos	280
9.2. Definição	280
9.3. Natureza Jurídica	281
9.4. Legitimidade	281
9.5. Natureza da Decisão e Recurso Adequado	281
9.6. Objeto	282
9.7. “Liquidação Zero”	282
9.8. Espécies de Liquidação	282
10. Das diversas espécies de execução	283
10.1. Introdução	283
10.2. Execução Definitiva e Provisória	283
10.3. Obrigação de Entrega de Coisa Certa	284
10.3.1. Título Executivo Judicial	284
10.3.2. Título Executivo Extrajudicial	284
10.4. Obrigação de Entrega de Coisa Incerta (Indeterminada)	285
10.5. Obrigação de fazer ou não fazer	285
10.5.1. Título Judicial	285
10.5.2. Título Extrajudicial	286
10.6. Obrigações de Emissão de Declaração de Vontade	288
10.7. Execução por quantia certa	288
10.7.1. Do cumprimento de sentença (título Judicial)	288
10.8. Por Título Extrajudicial (art. 652 e segs, do CPC)	293
10.8.1. Citação. Honorários. Indicação de bens	293

10.8.2. Penhora. Ordem de bens Penhoráveis. Impenhorabilidade Absoluta e Relativa. Avaliação	294
10.8.3. Formas de expropriação	295
10.8.4. Defesa na Execução Por Título Extrajudicial: Embargos do Devedor (arts. 736/740, 745/747, todos do CPC)	296
10.9. Suspensão e extinção da execução	297
11. A Exceção (ou Objeção) de Pré-executividade	298
12. Execução contra a Fazenda Pública X Execução dos Créditos da Fazenda Pública.	298
13. Execução de Alimentos	299
14. O que vem por aí?	300

Tópico 15: Principais Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária e Contenciosa

305

1. Introdução. Conceitos Preliminares	305
2. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa	306
2.1. Ação de consignação em pagamento (arts. 890/900, Do CPC)	306
2.1.1. Consignação Extrajudicial	306
2.1.2. Consignação Judicial	307
2.2. Ação de Depósito (arts. 901/906, do CPC)	308
2.3. Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador (arts. 907/913, do CPC)	309
2.4. Ação de Prestação de Contas (arts. 914/919, do CPC)	309
2.4.1. Ação proposta por quem tem o direito de exigir a prestação de contas	310
2.4.2. Ação proposta por quem tem o dever de prestar as contas	310
2.5. Ações Possessórias	311
2.5.1 Introdução: Teorias da Posse (Savigny X Ihering)	311
2.5.2. Ações Possessórias ou Interditos Possessórios	311
2.5.3. Procedimentos das Ações de Reintegração e Manutenção da Posse	312
2.5.4. Procedimento do Interdito Proibitório (arts. 932/933, do CPC)	314
2.6. Ação de Nunciação de Obra Nova (art. 934/940, do CPC)	314
2.7. Ação de Usucapião de Terras Particulares (arts. 941/945, do CPC)	315
2.7.1 Introdução: conceito, espécies e procedimentos	315
2.7.2. Especificidades do procedimento especial	316
2.8. Ação de Divisão e Demarcação de Terras particulares (arts. 946/981, do CPC)	317
2.9. Procedimentos Sucessórios (arts. 982/1062, do CPC)	317

2.9.1 Introdução: Espécies de sucessões	317
2.9.2 Breves linha sobre os procedimentos sucessórios	318
2.9.3. Legitimidade para abertura de inventário (art. 987/989, do CPC)	320
2.9.4. Competência (art. 96, do CPC) e matérias apreciáveis	321
2.9.5. Administrador Provisório e Inventariante	321
2.9.6. Esquema prático dos atos componentes dos procedimentos sucessórios	322
2.9.7. Incidentes Processuais	323
2.9.8. Inventários Cumulativos	323
2.9.9. Inventário Administrativo	323
2.10. Habilitação (art. 1055, do CPC) e Restauração de Autos (art. 1063/1069, do CPC)	324
2.11. Ação Monitória (arts. 1102-A/1102-C, do CPC)	324
3. Principais Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	325
3.1. Regras gerais	325
3.2. Separação Judicial Consensual (art. 1120, do CPC) e Litigiosa (Lei nº 6.515/77)	326
3.3. Conversão da Separação em Divórcio e o Divórcio Direito	326
3.4. Medida Cautelar de Separação de Corpos (art. 7º, § 1º, da Lei nº 6515/77)	327
3.5. Competência	327
3.6. Sentença na separação judicial Consensual	328
3.7. Separação Consensual e Divórcio em Cartório (Lei nº 11.441/07)	328
4. Principais Procedimentos Especiais Previstos nas Legislações extravagantes:	328
4.1. Ação de Alimentos (Lei nº 5478/68)	328
4.2. Ações Previstas na lei do Inquilinato (Lei nº 8245/91)	331
5. O que vem por aí?	332

Tópico 16: Tutela Coletiva de Direitos: mecanismos de efetivação – Ação Popular e Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo 339

1. Introdução	339
2. Evolução da Tutela de Direitos	340
3. A Evolução da Tutela Coletiva de Direitos no Brasil	341
4. A Ação Popular	343
4.1. Legitimidade para o ajuizamento da Ação Popular	343
4.2. Competência para análise e julgamento da Ação popular	344
4.3. Coisa julgada na Ação popular	345
4.4. A sistemática recursal nas ações populares	346
5. O Inquérito Civil	347

6. O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	348
6.1. Conceito e Classificação	349
6.2. Características e Requisitos de Validade	350
6.3. Legitimidade	351
6.4. Natureza Jurídica	353
6.5. Outras Questões Relacionadas ao TAC	355
6.5.1. Finalidade e Efeitos	355
6.5.2. Homologação Pelo CSMP, TAC Parcial e Vícios	356
7. Ação Civil Pública: Regulamentação, Conceito e Legitimidade	357
7.1. Competência, Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e Coisa Julgada	359
7.1.1. Mandado de Segurança Coletivo e Coisa Julgada	362
Tópico 17: O Macrossistema dos Juizados Especiais Cíveis	367
1. Introdução	367
2. Origem	367
3. Princípios Informadores (artigo 2º, da Lei 9.099/95)	368
3.1. Princípio da oralidade	368
3.2. Princípio da simplicidade	368
3.3. Princípio da informalidade	369
3.4. Princípio da economia processual	369
3.5. Princípio da celeridade	369
4. Competência	370
4.1. Causas Cíveis de menor complexidade	370
4.2. Competência absoluta ou relativa?	370
4.3. Foro para ajuizamento	371
5. Capacidade	371
6. Procedimento Simples e Concentrado e Isento de custas em 1º grau	373
6.1. Petição Inicial	374
6.2. Audiência(s)	374
6.3. Sentença	376
6.4. Sistema Recursal	377
6.4.1. Os recursos da Lei nº 9.099/95	377
6.4.2. Não cabimento de Ação Rescisória e do duplo grau obrigatório de jurisdição	378
6.4.3. O Pedido de Uniformização de Interpretação da Lei	378
6.5. A execução forçada sincrética	379
6.6. O que vem por aí?	380